



CÚPULA DO G-7

Dinheiro russo para ajudar a Ucrânia

Governantes dos países mais industrializados do planeta, reunidos na Itália, chegam a acordo para emprestar US\$ 50 bilhões a Kiev. Dinheiro será proveniente de juros de ativos de Moscou congelados. Biden e Zelensky firmam pacto de segurança de 10 anos

» RODRIGO CRAVEIRO

A 50ª edição da cúpula do G7 — os sete países mais industrializados do mundo (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido, além da União Europeia) — começou ontem, no resort italiano de Borgo Egnazia, com dois recados para o presidente russo, Vladimir Putin. Os países do grupo acordaram um empréstimo bilionário para a Ucrânia, usando juros gerados por ativos russos congelados pelo Ocidente. “Confirmo-lhes que chegamos a um acordo político para dar um apoio financeiro adicional à Ucrânia de aproximadamente US\$ 50 bilhões (cerca de R\$ 268 bilhões) até o fim deste ano”, disse a primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, anfitriã do encontro. Por sua vez, os presidentes Joe Biden (EUA) e Volodymyr Zelensky (Ucrânia) anunciaram um acordo de segurança com duração para os próximos 10 anos, a fim de apoiar a ex-república soviética diante da invasão russa.

“Os Estados Unidos estão enviando hoje um poderoso sinal de nosso forte apoio à Ucrânia, agora e no futuro”, indicou um comunicado americano que acompanha o acordo de segurança, pouco antes da assinatura do acordo. Por meio do pacto, os EUA se comprometem a treinar o Exército ucraniano, fornecer equipamentos de defesa, realizar exercícios e cooperar na indústria de defesa. Durante entrevista coletiva ao lado de Joe Biden, Zelensky afirmou que o acordo com Washington é “uma ponte para a entrada da Ucrânia na Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte)”. Pouco depois, em discurso no resort situado na região de Apúlia, o ucraniano agradeceu aos líderes pelo apoio e declarou que a ajuda será usada “tanto para a defesa como para a reconstrução” de seu país.

A agência France-Presse (AFP) informou que a liberação do empréstimo dos juros de ativos russos envolve uma operação financeira complexa. Não se sabe o que ocorreria se os

Filippo Monteforte/AFP



Líderes do G7 participam de reunião de trabalho no resort de Borgo Egnazia, na Itália: ao fundo, Giorgia Meloni entre Macron (E) e Biden (D)

Todos os holofotes sobre ela

A primeira-ministra Giorgia Meloni aproveita os holofotes internacionais para destacar sua liderança. Simpática com a imprensa, chegou a posar para uma selfie com os jornalistas e fotógrafos ao fundo. Também fez caras e bocas ao receber o premiê britânico, Rishi Sunak, e o chanceler alemão, Olaf Scholz. Luigi Di Gregorio, cientista político da Università della Tuscia, em Viterbo (centro-oeste da Itália), disse ao **Correio** que Meloni chega à cúpula do G7 impulsionada por sua “excelente performance” nas eleições europeias e por liderar um governo com forte legitimidade popular. “O G7 é uma plataforma crucial e uma vitrine importante, que Giorgia Meloni, sem dúvida, aproveitará para melhorar o seu perfil internacional e para alterar a percepção entre diversos segmentos da opinião pública internacional que ainda questionam a sua adequação para a sua posição”, explicou Di Gregorio. De acordo com ele, a liderança de Meloni é caracterizada por seu carisma, pela capacidade de comunicação e pela autenticidade. “Ela permanece credível em todas as circunstâncias, seja no G7 ou entre a população. Este é um valor acrescentado significativo para a liderança política contemporânea.”

ativos fossem descongelados, em caso de um acordo hipotético com Moscou, ou quem assumiria o risco em caso de inadiplência. Um alto funcionário da Casa Branca disse à AFP que os EUA se comprometeriam com o repasse

de até US\$ 50 bilhões, mas que a contribuição poderia ser “significativamente menor”, em caso de um financiamento compartilhado.

Em um gesto de forte simbolismo, Meloni convidou Zelensky a participar de uma reunião de

Escritório de imprensa do Palazzo Ghigi/AFP



trabalho especialmente voltada a debater a guerra da Ucrânia. Além de Biden, também estavam presentes os líderes Emmanuel Macron (França), Olaf Scholz (Alemanha), Justin Trudeau (Canadá), Fumio Kishida (Japão) e Rishi Sunak (Reino Unido).

Zelensky pediu ao G7 o confisco dos ativos congelados de Moscou e o fornecimento de defesa antiaérea mais robusta. Nesta sexta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará da cúpula do G7, onde se reunirá com o papa Francisco, com Biden, com

Macron e com outros chefes de Estado e de governo.

O ucraniano Petro Burkovsky — analista da Fundação de Iniciativas Democráticas Ilko Kucheriv (em Kiev), hoje soldado em Donbass — considera que a decisão do G7 abre um precedente importante. “Isso estabelece um padrão para o repasse de ajuda financeira à Ucrânia pelos próximos dois ou três anos. A soma total dos ativos russos é de cerca de US\$ 300 bilhões (ou R\$ 1,6 trilhão). Se essa abordagem for adotada, espero que todo o dinheiro seja usado em apoio à Ucrânia até o fim de 2026”, explicou ao **Correio**, por meio do WhatsApp. “Também é um forte sinal para a Rússia. Putin deve interromper a invasão imediatamente ou verá seu dinheiro ser usado para aumentar as chances de a Ucrânia esmagar seu exército.”

Incógnita

Em relação ao acordo firmado entre Kiev e Washington, Burkovsky resalta que o documento não tem caráter vinculativo. “A substância da cooperação dependerá de como as relações entre a Ucrânia e os Estados Unidos se desenvolverão depois das eleições presidenciais norte-americanas de 5 de novembro.” De acordo com Anton Suslov, especialista da Escola de Análise Política (em Kiev), a Ucrânia necessita de US\$ 50 bilhões por ano enquanto durar a guerra. “A ajuda financeira externa não pode ser usada para despesas militares. Por isso, o governo de Zelensky tem que cobrir todos os gastos bélicos por conta própria e depender da ajuda de parceiros para financiar outros setores da economia. Por isso, a decisão de utilizar os juros dos ativos russos é crucial”, admitiu à reportagem.

Suslov crê que o financiamento anunciado na cúpula do G7 não apenas cobrirá as necessidades para o próximo ano, mas também representará uma solução duradoura, à medida que os juros, e não diretamente os ativos, são utilizados. “Outro ponto é que esse empréstimo, especificamente, pode ser usado para fins militares.”

ESTADOS UNIDOS

Suprema Corte mantém acesso à pílula abortiva

A Suprema Corte dos Estados Unidos rejeitou as restrições impostas ao acesso à mifepristona, mas o presidente Joe Biden advertiu que a “luta” pelos direitos reprodutivos vai continuar. Em decisão unânime, os nove juízes do tribunal, de maioria conservadora, afirmaram que os grupos contrários ao aborto e os médicos que contestam o medicamento não têm legitimidade processual neste caso. Consequentemente, anularam a decisão do recurso, que de qualquer forma estava suspenso.

O antecessor e rival de Biden nas eleições de novembro, Donald Trump, lidera o Partido Republicano, amplamente favorável às restrições de acesso ao aborto. Biden e os grupos anti-aborto reagiram com cautela à decisão da Suprema Corte, que deixou a porta aberta para combater a mifepristona em outros

tribunais. “A decisão de hoje (ontem) não muda o fato de que a luta pela liberdade reprodutiva continua”, afirmou Biden em um comunicado. “Os ataques ao aborto com medicamentos fazem parte da agenda extrema e perigosa” dos republicanos “para proibir o aborto em todo o país”, acrescentou.

Nancy Northup, presidente do Centro de Direitos Reprodutivos, expressou “alívio e raiva” pela decisão. “Infelizmente, os ataques às pílulas abortivas não vão parar por aqui”, disse Northup. “No fim, essa sentença não é uma ‘vitória’ para o aborto: apenas mantém o status quo, que é uma grave crise de saúde pública”, estimou. O direito ao aborto é uma das principais questões nas eleições de novembro, e o governo Biden pediu ao tribunal que mantivesse o acesso ao medicamento,

Andrew Caballero-Reynolds/AFP



Em foto de 15 de abril de 2023, manifestantes pró-aborto realizam ato diante da Suprema Corte, em Washington

aprovado pela Food and Drug Administration (FDA) em 2000.

“Reconhecemos que muitos cidadãos, incluindo os médicos

demandantes aqui, têm preocupações e objeções sinceras aos que usam mifepristona e realizam abortos”, disse o juiz

Brett Kavanaugh. “Mas os cidadãos e os médicos não têm legitimidade para processar, simplesmente porque outros estão

autorizados a realizar determinadas atividades”, acrescentou. “Os autores não têm legitimidade ativa para impugnar ações da FDA”, insistiu.

Segundo Terry McGovern, diretor do Departamento de População e Saúde Familiar da Universidade Columbia, os juízes da Suprema Corte não decidiram sobre questões subjacentes relacionadas ao aborto. “Eles apenas decidiram se os demandantes que moveram a ação têm legitimidade. Essa decisão nada sinaliza sobre futuras resoluções da Corte sobre o aborto”, disse ao **Correio**. “Atualmente, cabe aos Estados decidirem se legalizam, ou não, a interrupção da gravidez. Até o momento, 15 deles optaram pela não legalização. Quando a Suprema Corte derrubou o aborto como direito constitucional, deixou o tema à mercê dos estados.”